



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

AMARA DANTAS DE LUCENA

**O CONTROLE ADMINISTRATIVO DAS OLIGARQUIAS
PARAIBANAS NA REPÚBLICA IMPULSIONADAS PELA
ECONOMIA EM ASCENSÃO (1889-1930)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

AMARA DANTAS DE LUCENA

**O CONTROLE ADMINISTRATIVO DAS OLIGARQUIAS
PARAIBANAS NA REPÚBLICA IMPULSIONADAS PELA
ECONOMIA EM ASCENSÃO (1889-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em História.

Orientador (a): Matusalém Alves Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB
2014

L935c Lucena, Amara Dantas de
O controle administrativo das oligarquias paraibanas na
república impulsionadas pela economia em ascensão (1889-1930)
[manuscrito] / Amara Dantas de Lucena. - 2014.
26 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira,
Departamento de História".

1. História da Paraíba 2. Oligarquia 3. Política 4. Economia
I. Título.

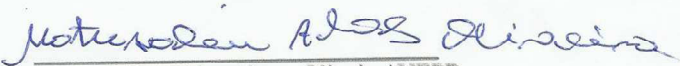
21. ed. CDD 981.33

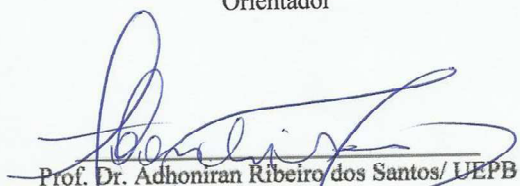
AMARA DANTAS DE LUCENA


**O CONTROLE ADMINISTRATIVO DAS OLIGARQUIAS
PARAIBANAS NA REPÚBLICA IMPULSIONADAS PELA
ECONOMIA EM ASCENSÃO (1889-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de
Bacharel/Licenciado em História.

Aprovada em/ /2014.


Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira/UEPB
Orientador


Prof. Dr. Adhoniran Ribeiro dos Santos/UEPB
Examinador


Prof. Dr. Anselmo Ronsard Cavalcanti /UEPB
Examinador

O CONTROLE ADMINISTRATIVO DAS OLIGARQUIAS PARAIBANAS NA REPÚBLICA IMPULSIONADAS PELA ECONOMIA EM ASCENSÃO (1889-1930)

Amara Dantas de Lucena¹

RESUMO

O aludido trabalho discute a questão política entrelaçada no campo social e econômico, com objetivo de esclarecer o fomento histórico da formação social inserida nessas referidas áreas, como meio de elucidar o complexo do estruturalismo governamental herdado na atualidade, bem como o enriquecimento de determinados grupos que articulam, em termos gerais, uma minoria em torno do contexto espargido na análise, mediante um colapso de tempo, a partir da iminência da República em concomitância com a década de 1930. Além disso, objetiva respaldar as relações de poder intrinsecamente voltadas para o respectivo período. Ou seja, o estudo direciona-se ao diapasão do coronelismo e de seus mecanismos de controle no sistema oligárquico.

PALAVRAS-CHAVE: Oligarquias; Política; Economia.

1 INTRODUÇÃO

A análise deste trabalho está voltada para uma perspectiva de estudo, que engloba um aparato político, social e econômico, direcionado por um contexto de estruturalismo patriarcal no cenário da República, no que tange ao coronelismo e suas respectivas relações de patronato implementadas em um corporativismo político engendrado em uma esfera financeira das atividades em ascensão.

Sendo assim, o esboço da pesquisa articula-se no sistema oligárquico com intuito de esclarecer os mecanismos utilizados por essa classe dominante para manter-se na influência do controle estatal. O estudo passeia pelas formas de como surgem as disputas entres esses

¹ Amara Dantas de Lucena. Bacharela em História pela Universidade Estadual da Paraíba, UEPB. amara_ldantas@hotmail.com

grupos, o motivo e o desfecho dos entraves, bem como as atividades financeiras que se tornaram emergentes e a falência de outras, juntamente com a camada que lhes constituía.

Conceituando, desse modo, o fenômeno do coronelismo, que por acaso perdurou muito tempo na administração do Nordeste, e em termos da temática, na Paraíba. Para tanto, o trabalho permeia em torno da exploração eleitoral, dos abusos e corrupção implementados para alcançar objetivo esperado. Sendo assim, articula o controle daqueles que dominavam por meio de laços de compadrio e o denominado clientelismo, explicitando paulatinamente o requisito adotado para manter o voto de “cabresto”, baseado em ameaças e intensa violência contra os revoltosos e adversários.

Abalizado, nesse contexto, a abordagem do referido artigo explana o requisito econômico, que na verdade, preceitua-se no alicerce para sustentar o controle da elite, demonstrando a forte influência que o setor financeiro exerce, ao passo que quando uma economia entra em ascensão, carrega diretamente com esta o grupo que comanda a respectiva atividade, como, por exemplo: o algodão que no período abordado, no caso do início da República, por volta das décadas de vinte e trinta, esteve como um imenso suporte para o corporativismo e lucratividade dos que manejavam com a matéria-prima em comento.

Ainda assim, remete acerca das disputas ocasionadas nesse cenário, as reivindicações dos movimentos sociais das classes dos trabalhadores, a forma como estes eram explorados e submissos ao regime de patronato, bem como as manifestações da elite, quando esta se sentia incomodada com determinadas alterações nos setores que lhe atingiam diretamente.

A metodologia foi intrinsecamente voltada para uma pesquisa bibliográfica, baseada na leitura de livros, artigos, realizando, portanto, uma análise qualitativa do material absorvido, a fim de estabelecer uma compreensão histórica sobre a temática, cujo objetivo principal é justamente definir o motivo pelo qual se tem um estruturalismo político, ainda tão corrupto no campo da atualidade, baseado em relações de poder, ao mesmo tempo, engajado com certos favoritismos. Assim sendo, é importante salientar que isso ocorre devido às formas governamentais que sucederam anteriormente, e que por sinal, estão detalhadas no desenvolvimento do texto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O pressuposto teórico deste trabalho está centralizado nas obras: Morte e Vida das Oligarquias- Paraíba (1889-1845), de Eliete Gurjão, professora graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Campina Grande, onde se especializou em

História da Paraíba; concluiu mestrado em Sociologia Rural na Universidade Federal da Paraíba, no respectivo Campus II; lecionou na Universidade estadual da Paraíba e posteriormente na Universidade Federal, além de escolas de ensino médio onde atuou. Além dessa análise literária, o artigo permeia na didática do livro *Estudando História da Paraíba*, que trata de mais uma autoria de Eliete Gurjão, em conjunto com Leonília Maria de Amorim, Maria Santana de Souza Silva (In memorian), Martha Lúcia Ribeiro Araújo. Ainda assim, o trabalho alude acerca da temática de Gervácio Batista Aranha em Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Consoante a essa pesquisa, o trabalho engendrou para um estudo da obra *O Algodão de Campina Grande: uma discussão acerca dos livros didáticos de história*, de Jair Barbosa de Araújo, também graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Desse modo, o estudo realizado é composto por diversas peculiaridades em torno das obras mencionadas, como também, na leitura de artigos pautados no contexto do coronelismo, estruturalismo político e a economia voltada para o controle oligárquico.

2.1 UMA BREVE ANÁLISE DA PARAÍBA NOS REMANESCENTES DA REPÚBLICA

O contexto político da Paraíba, bem como sua historiografia, parte de uma conjuntura de concentração exacerbada do poder dominante, por uma minoria vigente, ou seja, as chamadas oligarquias que na verdade, eram grupos pertencentes à elite que monopolizava uma determinada região nos ramos da política e da economia.

Baseado nessa premissa, a origem do quadro político paraibano engendrou-se mediante as primeiras composições do núcleo colonial e sua respectiva divisão social. A princípio, em torno do impulso da cana-de-açúcar, que proporcionou todo um processo de formação diferenciada das “regiões”.

Isso viabilizou a estruturação de uma oligarquia local, que funcionava de modo centralizado, ao passo de que tal classe dominante ou proprietária manipulava diretamente a produção mercantilista em prol de uma concentração primitiva de capital. Em contrapartida, havia a camada trabalhadora que estava inserida no processo de exploração de modo passivo. Ainda assim, a elite auxiliava a administração colonial organizando seu poderio oligárquico nas Câmaras Municipais com o controle das Ordenanças.

A partir da segunda metade do século XIX, o Nordeste passou a se configurar em uma nova divisão do trabalho social e político, bem como a configuração das oligarquias, frisando que esta classe consolidou, de certa forma, seu poder, por meio do apoio direto da Guarda

Nacional, possibilitando a efetivação do então sistema de controle político, no caso, o coronelismo, que desempenhava a manipulação da massa que compunha o corpo eleitoral, baseando tal controle em uma relação pessoal de dependência e favores.

Por conseguinte, vinculado a esse sistema, a implantação da República proporcionou desenfreadamente o processo de regionalização que de fato foi estimulado pelas novas instituições do campo político, gerando uma nova divisão territorial, em províncias, pelo federalismo. Os estados que sucederam, de certo modo, formavam uma política de governadores mantendo uma forte relação entre as oligarquias dominantes que as quais estavam vinculadas.

Em relação à economia paraibana, esta, na segunda metade do século XIX, começa a passar por uma fase de reorganização e expansão. A cultura do algodão foi injetada na Paraíba por volta do século XVIII, mais precisamente no sertão e nas áreas do Cariri. Já no início do século XIX, desenvolveu um importante papel ocupando o espaço da atividade canavieira.

Tais localidades adequaram-se à produção algodoeira como também a bifurcação interna do trabalho e a estrutura social. Tal cultura agrícola diversificava até mesmo da pecuária, uma vez que o algodão servia de utilidade até mesmo para o gado. Essa facilidade deu origem a outras atividades e conseqüentemente a ascensão social.

Com a modernização das técnicas, muitas localidades da Paraíba passaram a se desenvolver progressivamente em torno do algodão, tais como: Mamanguape, Areia e Campina Grande. Tendo em vista a necessidade de exportar o algodão foram criadas vias férreas adentrando em diversas localidades, entre elas Alagoa Grande e Campina Grande, esta já mencionada, que se destacou com um intenso polo comercial.

No campo político, há destaque para as intensas obras de seca do governo de Epitácio Pessoa, em que a elevação dos preços do algodão e favores fiscais oriundos do estado possibilitou a construção de diversas usinas. Em contrapartida, o século XX foi fortemente inserido em um contexto de greves, revoluções e rebeliões de massa.

A Primeira República na Paraíba consolidou uma redefinição do mandonismo local e ao mesmo tempo o auge da política oligárquica, frisando que todo o bojo mercantil permitiu diretamente essa modificação e um novo posicionamento hierárquico do poder, em respaldo ao algodão que começou, desde 1855, a subir na pauta das exportações, e favoreceu aos coronéis do Agreste e do Sertão. Tal dinamismo beneficiou os principais polos, como a cidade de Campina Grande, que tem uma localização privilegiada, na devida comercialização do produto. Conseqüentemente, promoveu um suposto entrelace entre o campo e o setor urbano, e o caráter de destaque das oligarquias que se concentraram como o polo econômico do

algodão e se engajaram politicamente ao poder estadual atingindo cargos de representação direta.

Baseado nesse sistema, a camada elitista ou oligárquica constituiu-se em situacionista e opositorista em que tais composições são vinculadas pelo apoio ou captura da máquina estatal. Tem-se em torno do posicionamento dessas parentelas, já que são formadas por laços de sangue, a questão da produção do capital, que se assenta de forma diferenciada, em que nos momentos de crescimento de uma respectiva atividade repercute um grupo e outro decai.

2.2 O DECLÍNIO DO AÇÚCAR E O AUGE DO ALGODÃO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

O encaminhamento para a formação das oligarquias nordestina é o precursor da constituição da regionalidade paraibana, ao que remete o período destinado à República Velha.

Em consequência disso, à medida que a divisão social fora se aperfeiçoando a princípio do polo açucareiro, as elites locais comandavam o ciclo da acumulação de riquezas, auxiliando na administração em prol da metrópole, ao passo que firmava o próprio poder nas câmaras municipais da colônia, juntamente com as ordenanças.

Embora a ascensão do algodão encontrar-se em efervescência no período correspondente a República das oligarquias, o açúcar, durante um bom tempo, permaneceu como um importante suporte para a composição do setor político. Assim, é bem verdade que, no início da década de vinte, a matéria-prima encontrava-se em pauta, como uma das principais economias complementares, não se igualando ao algodão, mas se aproximando deste, tendo como arrimo a remanescente indústria açucareira. Sobre isso, aborda o fragmento a seguir:

“O surto exportador da década de vinte e o processo de modernização da indústria açucareira deu-lhe novo alento. O número de senhores de engenho aumentou consideravelmente- sobretudo no Brejo, face a substituição do café pela cana- e a emergência de usineiros contribuiu para a reabilitação econômico-financeira desta oligarquia”(GURJÃO, 1994, p. 54).

No tocante ao sistema republicano, este possibilitou, de maneira direta, um benefício para as oligarquias, ou a classe dominante, haja vista que tal regime se caracterizou pela concentração de poder pertencente a esta minoria, inserido na denominada política institucional, com a substituição da divisão territorial do país pelas províncias implantadas pelo federalismo. Tais mecanismos funcionavam em torno de um controle mútuo entre as elites dominantes, que, baseado nisso, se estabelecia a política governamental.

Estabelecendo um contexto histórico, um pouco anterior ao adensamento do auge do governo oligárquico, tem-se um estruturalismo formado pela República da Espada, que ocorreu num lapso temporal de 1894. Esta era ministrada por setores interligados ao exército, que com seu rompimento passou a germinar um sistema político atrelado ao reduto das elites ruralistas, constituindo o núcleo coronelístico.

Ao que remete à situação do Nordeste, em específico, o poderio local pertencia àqueles que manipulavam a economia, ou seja, aos grandes fazendeiros. Com a concentração de riquezas nessa referida minoria, alavancava-se uma severa debilidade social, desse modo, o governo federal desempenhava órgãos assistencialistas que só serviam para o desvio de riquezas ou verbas, por parte dos coronéis, agravando mais ainda a situação do colapso social.

Em relação à economia açucareira na região nordestina, pode-se afirmar que esta articulou um eixo econômico no Brasil, mais precisamente no século XIX, como polo principal da mobilização financeira. Entretanto, esta situação foi modificando-se gradualmente, começando pelo cenário exportador, que concebia para o Sudeste, promovendo uma futura dependência capitalista por parte do Nordeste.

Em relação à Paraíba, o centro estruturalista passou por uma reconstituição, delineada pelo fluxo marcante da atividade açucareira, sendo esta componente de um setor significativo na remodelagem da formação hierárquica social, tanto no complexo financeiro, pois impulsionou uma forte abrangência de riquezas aos denominados senhores de engenho, bem como na seletiva participação política destes, que diretamente possuíam o cunho do controle das riquezas.

Mas, paulatinamente, essa atividade agrícola, fomentada pelos imensos plantios de cana, ou pelo “império dos engenhos”, passou a ficar em segundo plano permitindo a ascensão do algodão. O que acarretou o declínio na pauta financeira dessa atividade ruralista, no caso, da canavieira? Por volta do início do século, os mercados externos, fecharam-se, repentinamente, para a produção do açúcar nordestino, isso adveio devido à concorrência cubana, porto-riquenha e filipina, somando-se a isso, ainda houve o enfrentamento a uma disputa com o açúcar de beterraba.

Na verdade, a República teve como marco econômico o algodão, pois este supera o açúcar, desde 1865. Obviamente, é importante frisar que, mesmo a economia algodoeira tendo superado os lucros da cana-de-açúcar, no referido período, por longas datas, o açúcar ainda manteve-se como uma importante atividade na escala de produção.

Em tempos de outrora, no início no início do século XVIII, até meados do seguinte, a lucratividade principal encontrava-se incrementada na corretagem do açúcar, se localizando

no litoral, pois o solo de massapê era de extrema facilidade para o cultivo da matéria, sendo o algodão atrelado às áreas do Sertão, bem como do Cariri, se caracterizava como uma atividade complementar baseada no descaroçamento.

Acontece que, no período da Guerra Civil, nos Estados Unidos, ocorreu necessidade de exportar o algodão, então, tal atividade passou a subir consideravelmente na escala de produção, acompanhando o açúcar e alcançando seu ápice a partir de então.

Em consequência disso, esse novo incremento permitiu o surgimento de uma reconfiguração de poder, assim como, de uma nova ascensão social, sem contar que o algodão se definia por uma atividade lucrativa, isso porque os resquícios da lavoura serviam para o aproveitamento direto da pecuária, como forma de alimento, no caso, o restolho.

Diante dessas mutações, o plano da província paraibana, em termos estruturalistas, fora visivelmente alterado, tendo em vista as novas “classes” emergentes da elite algodoeira, que revestiam de poder os principais detentores dessa atividade, especialmente, nas regiões do Cariri, Brejo e Sertão. Isso acontecia porque, desde os primórdios, o cultivo dessa matéria-prima, fazia-se em tais localidades. Mas vale salientar que permeava em tempos outros, no período da colonização pela zona da mata, como também, muito antes da vinda dos europeus, essa matéria tão proveitosa já era utilizada pelos nativos. Assim define COSTA (1996):

“O algodão é uma cultura milenar. Seus primórdios são desconhecidos em sua plenitude. Há indícios de ter se originado na Índia, no Paquistão ou em outras regiões do Oriente Próximo. No entanto, é certa sua existência há centenas de anos no continente americano. Mesmo antes dos europeus aportarem neste território e colonizá-lo, seus nativos cultivavam o algodão. São muitas as evidências da existência desta fibra na América Pré-colombiana. Seu cultivo entre os primitivos tinha várias finalidades: desde a utilização em ritos culturais até o uso para vestimentas.”(COSTA, 1996, p. 50).

Mas, referindo-se ao início da República, essa atividade impulsionou a sociedade agrícola e no que tange à Paraíba, esta se encaixou nas pautas de comercialização, não só no âmbito regionalista, como também nos mercados internacionais. Ao manejo dos pequenos produtores para produzir suas rendas, estavam configurados em feiras nas cidades circunvizinhas, formando verdadeiras tropas de burro, pois a tração animal era o meio de transporte utilizado por estes.

Como fora mencionado anteriormente, o estopim algodoeiro ocorreu por volta de 1865, isso implica afirmar que tal acontecimento se desencadeou um pouco antes da mudança do regime político para o republicanismo, mas tal eventualidade econômica possibilitou, no campo das elites, uma alteração em seu monopólio de controle administrativo.

Sendo assim, a abertura de um grupo emergente voltado para a cotinocultura passou a integrar o eixo de disputas para o controle do poder político, financeiro e comercial. Em

concomitância a isso, surge a República, e ao que diz respeito à Paraíba, quando ocorreu a proclamação do referido regime, não existia um partido republicano, somente se transpassava alguns segmentos isolados que defendiam seus ideais. Dessa forma, sem muito manifesto, em termos publicitários, Campina Grande atuava com jornal A gazeta do sertão e na capital A gazeta da Parahyba, sendo assim, a tessitura dessas alterações se faz, como se pode apreender, em diversos setores.

E quanto à classe dos trabalhadores, como viviam a população? Esta se apresentava em um quadro de extrema escassez, principalmente em relação aos baixos lucros que recebiam para suprir suas necessidades. Algumas pessoas alojavam-se na condição de meeiro, pois faltavam oportunidades de melhoria. Ex-escravos permaneceram nas fazendas dos seus “senhores”, cultivando o algodão, em algumas propriedades, ou o açúcar, em outras. Enquanto que a burguesia local alavancava suas riquezas, o povo sofria com os resquícios da seca de 1877 a 1889, além da miséria vigente com a má distribuição de renda.

Por conseguinte, a Paraíba iniciava a república com uma condição nada favorável, principalmente para os menos favorecidos, em termos de atributos de riquezas. Apesar de o ciclo canavieiro ter ficado em segundo plano, esta atividade ainda promovia um viés muito importante na sustentabilidade do estado, só que a dependência do porto de Recife, dificultara mais ainda a comercialização de inúmeros setores ruralistas, afinal, a Paraíba não dispunha de portos para realizar tais transações, ficando subordinada a Pernambuco, mesmo depois da separação de ambos. Diante desse esboço, ocorreu uma queda considerável na rentabilidade, prologando-se um verdadeiro prejuízo.

Entretanto, é preciso salientar, que no que concerne à atividade algodoeira, esta dinamizou relativamente o comércio nas áreas agropastoris. Digamos que estas foram o alicerce do estado paraibano, no final do século XIX para o início do século vinte. Isso ocorreu devido a sua relativa facilidade de benefícios bastante proveitosos, possibilitando outras ramificações para angariar lucratividade, tais como: a corretagem, classificação e exportação. Essas fatuidades vivificaram a sociedade rural. Em ressalva:

[...] “pode-se deduzir que realmente o algodão proporcionou um novo impulso à sociedade agro-pastoril do interior da Paraíba, possibilitando o enriquecimento de alguns produtores. Assim o algodão tornou-se o “ouro branco”, a nova riqueza que permitia certa ascensão social.”(GURJÃO, 1999, p.75).

A esse respeito, o início da República se caracterizou por uma verdadeira mesmice em termos de concentração de poder. Por mais que tenha ocorrido a emergência de outro setor produtivo, as riquezas se encontram atrelados aos que dirigem o “monopólio” do poder e das

rendas, que impulsiona o alento do estado, ficando essa minoria favorecida pela concretização de seus interesses.

2.3 RUMO AO PROGRESSO EM TORNO DO ALGODÃO

Diante da crescente comercialização oriunda no início do século XX, tendo o algodão como setor dinâmico para economia, e expressa necessidade de alavancar o transporte dessa matéria- prima, que se alastrava como elo de enriquecimento da região em se tratando dos seus produtores, viu-se a imensa necessidade de expandir essa atividade rumo ao plano exportador, que já acontecera, mas que enfrentava inúmeras dificuldades, dentre elas: as formas como era deslocado o algodão que eram bastante precárias, tendo em vista que isso era viável apenas pelo uso de animal como transporte, feito tal mecanismo pelos boiadeiros e tropeiros, sem contar o dilema antigo que a Paraíba enfrentava, com relação as mercadorias destinadas ao porto de Recife e as opressões financeiras que sofria.

Em busca de minimizar esse problema e dinamizar consideravelmente as transações da economia em ascensão, no caso, a algodoeira, foi preciso promover uma aceleração urbana, ao passo que as modernizações e expansão do comércio vigente serviram como precursores para tal advento. Mas, na verdade, o que se pautava para desenrolar essa capitalização de vez era a construção de uma linha férrea, por um dos principais centros algodoeiros do interior, que se versava por Campina Grande, onde boa parte desse ciclo produtivo se movimentava pelo seio dessa região.

Quem na verdade seria o grande beneficiado com a construção dessa ferrovia? Tal edificação, realmente iria trazer um montante de melhorias, mas estas estariam intrinsecamente ligadas a elite local, e ao corporativismo político, isso porque, o grande objetivo era justamente possibilitar um avanço da comercialização algodoeira, e a “posse” dessas transações estava intercalada nas camadas que administravam o “ouro branco”.

Sendo assim, a batalha para promover a construção férrea começou de modo acirrado, isso porque as elites locais almejavam que a locomotivapassasse em torno de suas respectivas localidades. Mas, para chegar a um denominador comum foi uma verdadeira luta de interesses, porque essa inovação seria a “chave” para o progresso e enriquecimento de poucos.

Como o aumento do cultivo e do abarcamento algodoeiro foi crescente, um traçado férreo para desenvolver as suas exportações seria algo de extrema eficácia. Para tanto convém lembrar que as primeiras linhagens da ferrovia, iniciou no período antecedente a república,

por volta de 1884, que fora articulado o ramal interligando as seguintes cidades: Guarabira, Alagoa Grande e Ingá.

Em termos de Campina Grande, a batalha pela implementação da ferrovia foi de certo modo duradouro, e se iniciou no governo de Rodrigues Alves, e como prefeito Cristiano Lauritzen, fez duas tentativas para o implemento desta, que definitivamente foi concretizada no ano de 1907, possibilitando um avanço mercantilista imensamente favorável.

Os entraves surgidos mediante as construções da ferrovia, disputados com intuito de viabilizar sua respectiva passagem em torno de determinadas localidades, ocorreu no seio das camadas que mais iriam se beneficiar, como, por exemplo: na região de Campina Grande, comerciantes no período do governo epítacista defendiam um prolongamento da ferrovia, partindo da referida cidade, já uma conjuntura representada por um comitê na cidade de Areia, que defendia a passagem do trem partindo de Alagoa Grande.

Enfim, a definição ferroviária ficou estabelecida por um plano que ligava a Paraíba, ao Rio Grande do Norte através de um ramal de Nova Cruz, já a cidade de Campina ficou privilegiada servindo como ponta de ligação entre Itabaiana, que impulsionou o comércio local.

É importante salientar que, no tocante à Campina, muito antes de arraigar a ferrovia, esta já vinha crescendo progressivamente no dinamismo algodoeiro, se transformando no principal centro do interior no controle e nos parâmetros lucrativos da atividade. Em outras palavras, a chegada do trem foi apenas um complemento para a efervescência da economia local.

Diante de tudo isso, podemos observar que o algodão trouxe um aparato de urbanização e emergência social, possibilitando uma redefinição em torno desse processo voltado para campo político, social e econômico. O cenário das pequenas cidades passara a ter uma visibilidade mais movimentada e “progressista”. As mercadorias, agora, chegavam mais rápido, as notícias, também, e de diversos lugares, devido à presença da locomotiva. Assim, vale ressaltar que este transporte permitiu que houvesse uma remodelagem cultural, pois as pessoas atrelavam suas vidas à chegada do trem, que era vista com entusiasmo e empolgação, sendo assim, tudo metodicamente girava diretamente em torno de uma recente atividade, que ao passo de suas especulações, permitiu a inserção do progresso. Ao que remete ao alojamento do trem, assim define o fragmento a seguir:

[...] “sua instalação nessa ou naquela comunidade da Paraíba e região, chamando a atenção para o fato de que tornam-se espécies de portas abertas para o mundo. Os trens que aportam nessas estações- trazendo ou levando pessoas e objetos, além de boas ou más notícias, não esquecendo de sonhos a realizar ou defeitos- tornam-se

canais por meio dos quais essas estações se constituem enquanto espaços de intensa sociabilidade” [...] (ARANHA, 2005,p.88).

Por conseguinte, tal produção permitiu diretamente o enriquecimento de grandes latifundiários, principalmente por volta do início do século XX, mas, é importante ressaltar, que o açúcar mesmo não estando no ápice, como o algodão, ainda favorecia a rentabilidade de alguns senhores de engenho, porém, a economia algodoeira, devido a sua facilidade de cultivo, permitiu uma maior obtenção de lucro, em face dos irrisórios salários atribuídos a classe trabalhadora. Conceituando desse modo:

[...] “o algodão que aos poucos foi ganhando espaços entre as plantações de cana das usinas, nas baixas do Paraíba e Mamanguape, expandiu-se neste período por terras secas e pedregosas. A possibilidade de consorciar com as culturas de subsistência como feijão, milho e a fava fizeram do sertanejo, pequeno ou grande proprietário, um plantador de algodão. Assim, a Paraíba assumiu nos anos vinte a condição de principal produtos nacional.” (COSTA, 1996, p.56).

Mas, em relação aos demais progressos que essa atividade proporcionou, tem-se também as estradas de rodagem e, com a construção destas inclusas nos projetos de obras , viabilizou um maior acesso às cidades sertanejas, trazendo benefício para muitas, entre elas, Princesa, que estabeleceu pontos de comunicação com os núcleos contíguos.

Entretanto, é preciso lembrar que a economia algodoeira teve uma queda no contexto de suas exportações, no período de 1914, como o estopim da Grande Guerra. Devido à defasagem no mercado externo, o preço do algodão despencou, recuperando-se, possivelmente, por volta de 1916, ao fim do entrave mundial. Com isso, na década de vinte, foram implementadas usinas de prensagem do algodão, com intuito de obter técnicas de modernização e uma maior eficiência permitindo ramificações lucrativas para outras áreas relativas à matéria no campo industrial.

2.4 A CLASSE DOMINANTE E SEU CONTROLE POLÍTICO

No início da República, mencionar a expressão “ classe dominante”, é o mesmo que se referir às oligarquias, algo que se tem transpassado como um resquício de um passado formado por uma estrutura política precária, grosseira, baseada em um sistema de controle sobre as camadas inferiorizadas.

O bojo do processo da região, em ressalva o Nordeste, como um todo, foi marcado por um movimento de “mandonismo local”, que de certa forma se executava em torno de uma hegemonia de grupos, que controlavam o comércio ruralista da região, ou seja, os coronéis.

Mediante essas novas articulações estabelecidas pela denominada República Velha ou oligárquica, o poderio regionalista estava diretamente vinculado à situação econômica vigente. Para tanto, com a ascensão do algodão, esta permitiu que emergisse um fortalecimento dos coronéis da região Agreste, Cariri e Sertão, como já fora explicitado, pois foi onde mais essa atividade culminou, haja vista, que a medida que ocorria o surgimento de algumas classes, articulavam-se também disputas inter-oligárquicas.

Por conseguinte, as novas facções do poder, estavam diretamente ligadas à especulação comercial, bem como à rústica atividade industrial e agro-pastoril, frisando que, as bases da elite e sua respectiva estrutura política, permaneciam com essência rural.

É bem verdade que o dinamismo da economia algodoeira permitiu diversos avanços e mecanismos sociais, resultando em uma divisão de trabalho não só na esquelha peculiar do campo, como também na introdução do maquinismo, impulsionando, desse modo, estabelecimentos da indústria têxtil e usinas no setor urbano.

A relação campo era extremamente incipiente, baseada em uma produtividade tradicional de moradores submetidos ao controle exacerbado das oligarquias, afinal, essa camada social, na verdade, constituía-se em parentelas, ou grupos de família que monopolizavam o poder local, e travavam entre si disputas em prol de um interesse comum, no caso, o controle estatal.

Vale salientar que esse modo de “governo” está intrinsecamente relacionado com as raízes do patriarcalismo brasileiro, decorrente de uma estrutura agrária, assim como a forma pelo qual foi colonizado, hierarquizando a escala social, mediante o sistema de sesmarias estipulados aos “donos da terra”, nos primórdios da exploração territorial.

Esse fenômeno, enquadrado em práticas políticas ruralistas, tinha como domínio a pobreza de muitos e a dependência social. O controle exercido pelos coronéis era feito por meio de compadrio ou cordialidade exercida entre aqueles que favoreciam o clientelismo, ou seja, dava a proteção a outrem em troca de apoio político.

Através do sistema federalista, o poder do coronel firmou-se cada vez mais, pois tal sistema estabelecia ampla liberdade ao estado, e este agia com autonomia concedendo patronato aos chefes políticos de determinada localidade.

E como recorriam no campo eleitoral? No início do século XX, as oligarquias se resplandeciam visivelmente, isto porque, no cenário brasileiro, em linhas gerais, a República, estava diretamente vinculada à política do café-com-leite, que se caracterizava pelo revezamento dos principais partidos políticos, tais como: o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM).

Dentre as principais parentelas que exerciam o coronelismo na Paraíba, no ápice da referida República “Velha”, podemos citar: os Suassuna, em Catolé do Rocha; os Cunha Lima, em Areia; os Dantas, em Teixeira; os Pessoa, em Umbuzeiro e os Sátiro, em Patos, dentre outras. Esses grupos de família atuavam nas respectivas localidades, agindo com excesso de controle em detrimento da população carente, baseado na corrupção e na violência, que muitas vezes era articulada até mesmo com os cangaceiros para aniquilar qualquer obstáculo em seu território.

Acontece que todo esse corporativismo elitista vivia em uma permanência de conflitos para o uso do poder. Um dos principais entraves estava relacionado à intervenção direta na construção de obras públicas, devido ao acesso ao montante das verbas que seriam destinadas à construção de estradas, escolas e os projetos de erradicação da seca na denominada “indústria da seca”, que muitos coronéis se apossaram do dinheiro público, para aumentar suas fontes de riquezas, que inevitavelmente, provocaram o agravamento da situação dos menos favorecidos.

Em consequência dessa emblemática, e para maior favoritismo da elite Paraibana, por volta de 1915, o epitacismo assume seu apogeu representado pelo Partido Republicano Conservador da Paraíba. Essa efervescência se deu por meio de detrimimentos oposicionistas, anteriormente disputados no cenário da Paraíba. Em se tratando de uma retrospectiva, com o advento da República, foi logo se formando uma junta governamentista, que teve como primeiro (governador) republicano do estado da Paraíba, Venâncio Neiva. Desse modo se consolidara a oligarquia venancista.

Por conseguinte, sucedeu a derrocada de Deodoro da Fonseca, que porventura tinha estreitas ligações com os venancistas, desse modo, Floriano Peixoto entra em cena e lança Álvaro Machado entrando em vigor a oligarquia alvarista, que perdura por vinte anos.

Com a morte de Álvaro Machado, entra em realce, no período de 1915, Epitácio Pessoa, que assume a liderança do seu respectivo partido, conforme já fora citado. Isso acarretou na derrota de Walfredo Leal, que governou juntamente com Álvaro, e formou oposição a Epitácio. Sendo assim, com a vitória dos republicanos conservadores, forma-se um verdadeiro domínio epitacista, principalmente no período em que este chega à presidência do país, ao passo que Solon de Lucena governava a Paraíba.

Tal acontecimento permitiram um maior enriquecimento dos coronéis com a varredura exacerbada de verbas destinadas às obras contra a seca, bem como a construção do porto de Varadouro no rio Sanhauá, que na verdade não saiu do papel. Assim, foi reportado o cenário da Paraíba, mediante a República “Velha”, que se caracterizava pelo privilégio de

poucos e a escassez e miséria de muitos, manipulados e subjugados por uma elite local, representada por um determinado coronel, que tinha a regalia de exercer o controle de toda a região que sua terra alcançava, se correlacionando por laços de “afetividade” e ao mesmo tempo coerção.

Conseqüentemente, executava seu “mandonismo,” em todos os setores locais, tais como: executivo, legislativo e judiciário, sendo em tempos de outrora firmados como “homens bons”, delimitando seu curral eleitoral, baseado em troca de favores e ao mesmo tempo de ameaças, sendo a classe dos menos favorecidos obrigada a articular o voto em apoio ao seu respectivo coronel, denominado “voto de cabresto”. Isso implica em “arrebanhar” o eleitorado, mantê-lo no “cabresto” e aplicar, obviamente, atos de violência, sempre que for necessário, para manter-se no controle da situação. Assim define Vilaça sobre a figura do coronel:

“Chefe político, árbitro social e fonte de coerção aceita e incorpora, até com desvanecimento, influências externas, que sem o diminuir, como que institucionalizam seu domínio nas figuras de prefeito, do juiz, do delegado submetidos à sua discrição, e que promovem e alastram sua fama”. (VILAÇA, 2003, p.42).

O plasma econômico da Paraíba se redefiniu paulatinamente na primeira República, por meio de novas fontes de riqueza, entre elas pode-se mencionar o algodão, que de certa forma possibilitou o surgimento da divisão entre campo-cidade, mediante as feiras de comercialização. Nesse cenário, os coronéis detinham o domínio de toda a circulação econômico – financeiro da localidade, incrementando seu poder. Mediante esse contexto surgem as brigas oligárquicas para decidir quem permaneceria no controle do dinamismo político, o que pode ser explicitado a seguir:

“O fator essencial destas disputas no Nordeste, assenta-se nas formas diferenciadas da reprodução de capital que em momentos de crescimento financeiro ou crise são aprofundados. Nestes, ocorre a emergência de novas oligarquias e / ou decadência de velhas que entram em conflito pelo controle do aparelho de Estado.” (GURJÃO,1994, p. 53).

Não obstante, os movimentos oposicionistas se acentuavam consideravelmente à medida que “nascia” uma economia, ao passo que favorecia um determinado grupo, acarretando na ascensão de uns e decadência de outros. Já em termos político, não era de se esperar diferente, a feição da corrupção estava presente, como de costume, de modo acentuado entre as parentelas ou grupos oligárquicos, que por sinal, disputavam uma eleição ferrenha e utilizavam tudo que encontravam em suas “mãos” para obter o resultado desejado.

Em específico, às eleições, ocorriam abusos de poder de modo exagerado. Os prefeitos, por exemplo, utilizavam os cofres municipais em prol da política. Quando não

ocorria a tão esperada vitória do grupo situacionista, na hipótese dos opositores serem eleitos, estes passavam por uma comissão que tinha a incumbência de fazer o reconhecimento e, como não era de se admirar, sofriam a “degola”, método corrupto utilizado para tirar do poder a oposição. Portanto, a batalha eleitoral estava recheada de fraudes recorrendo sempre ao viés da clandestinidade.

A “política dos governadores” foi um modelo para privilegiar a classe dominante, que funcionava da seguinte forma: o poder executivo de um determinado município estava vinculado ao espectro de nomeação do governador ou presidente do estado, em consequência disso, o “chefe” municipal assumia “laços” de compromissos para com aquele, com trocas de favoritismo de ambas as partes. Enquanto isso, as camadas populares sofriam com a escassez da forma as quais estavam submetidas, pois devido à dependência destes, os produtos ou matéria-prima cultivada, eram fornecidos por preços irrisórios aos fazendeiros, possibilitando um lucro imensurável para os que detinham o controle financeiro, bem como, de terra e mercado, no caso, os coronéis.

Em decorrência disso, os conflitos estavam associados a diversos setores. No comércio, tem-se o algodão, que fomentava as disputas pelo controle do monopólio e da concorrência, face à expansão externa que provocara, assim como, as acumulações de renda, frisando que, em meados da década de vinte (séc. XIX), o açúcar representava uma significância expressiva, principalmente quando estava atrelado ao campo industrial, ao passo de articular a implantação de algumas usinas.

Contudo, como as indústrias eram “embriões”, ou seja, de pequeno porte, não havia tanta potencialidade, pois, remetiam a um setor emergente. A atividade primordial era ruralista em torno dessas matérias-primas, como, por exemplo, o algodão que por sinal estava no auge, em meio a República “Velha”. E o açúcar, mesmo não apresentando tanto destaque, ainda servia de fulcro financeiro, desse modo, a divisão campo-cidade era algo pouco diferenciado.

Mediante esse cenário, tem-se o outro lado da moeda, que vivia em descompasso com o crescimento produtivo, no caso a classe dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade, suas condições de vida eram drasticamente precárias, sendo inevitável a luta por melhorias. As indústrias apresentavam um bojo artesanal, sem muito aparato tecnológico, voltado mais para área têxtil e alimentícia, sendo complementar essa atividade agro-pastoril.

Quanto à situação dos operários, estes conviviam na miséria, com baixos salários, falta de assistência, tanto na zona urbana como na rural, ao ponto de acarretar em uma taxa elevadíssima de mortalidade infantil. No início da década de vinte, em âmbito nacional e

internacional, surgiram muitas greves em busca de melhores condições de vida, em um reflexo de lutas de classe que foram acentuadas no pós-guerra, de modo considerável. Para tanto, na Paraíba não foi diferente. Imbuídos por esse desejo de minimizar a exploração diária, trabalhadores começam a fazer greves e movimentos sociais. A exemplo disso, aconteceu a paralisação da indústria cigarreira. Também houve greve no setor ferroviário, que por sinal, acarretou uma grande preocupação aos latifundiários, pois atingia diretamente ao requisito agro-exportador.

A classe proletária reivindica melhorias assistencialistas na jornada de trabalho, nos salários, bem como proteção ao ofício exercido. Surgiram associações beneficentes ou sindicatos que muitas vezes firmaram acordos com os estados. Muitos líderes revolucionários sofriam repressões dos seus patrões, no sentido de serem demitidos. Muitas foram as lutas, mas nada adiantou. Relativamente, a situação continuou a mesma. Sem saída, muitos sertanejos migraram para outras localidades, como a região Sudeste. Outros se engendraram no cangaço para trabalhar para os coronéis e obter alguma ascensão. Sendo assim, em termos gerais, a classe elitista mais uma vez se sobressai e os menos favorecidos permanecem na precariedade.

2.5 REDEFINIÇÃO POLÍTICA PARAIBANA NO FIM DA DÉCADA DE VINTE, COMO IMINÊNCIA À “REVOLUÇÃO DE TRINTA”.

A tenebrosa política oligárquica não permaneceu apenas no auge do seu “imperialismo”. No decorrer da década de vinte, a estrutura desse regime político passara por modificações consubstanciadas ao capitalismo. De que forma se procedeu? É bem verdade que no transcurso dessa época, a despeito da economia geral, a produção do café na região Sudeste sofreu uma decadência devido a grande depressão dos Estados Unidos, as exportações desaceleraram seu ritmo, transformando a lucratividade em algo impróprio. Desse modo, a queda dos preços das sacas do café foi decorrente desses fatores de forma direta.

No que concerne à Paraíba, bem sabemos que a matriz de sua economia estava interposta na esfera algodoeira, que permitiu o enriquecimento de uma específica oligarquia que compreendia as regiões do Agreste, Brejo e Cariri.

Contudo, em relação ao parâmetro político nacional, sucedeu um rompimento da denominada política do café-com-leite, entre São Paulo e Minas. Tal incidente, resultou em

um desequilíbrio de compromisso, e alavancou disputas inter-oligárquicas e, conseqüentemente, na instabilidade governamental entre os da federação e os dos estados.

Frente a isso, formaram-se grupos partidários, como: Aliança Liberal, liderada por Antônio Carlos, unindo-se também aos gaúchos, que formou uma chapa oposicionista lançando Getúlio Vargas à disputa presidencialista. É diante desse contexto que a Paraíba está intrinsecamente envolvida, pois é preciso um vice-presidente para ser lançado à candidatura, pois, com a recusa do governador do Pernambuco e do seu senador, o único que restaria seria João Pessoa, o sobrinho de Epitácio Pessoa.

Destarte, como se viu obrigado a romper sua candidatura, João Pessoa negou sua inclusão na chapa, através de um telegrama, após uma reunião com o Partido Republicano da Paraíba, (PRP). Assim, a campanha de sucessão à presidência, leva a Paraíba em destaque, juntamente com os inúmeros conflitos internos do Estado. Tais adversidades ocorreram principalmente no governo de João Pessoa, devido às metas rigorosas implantadas, dentre elas: a depuração do coronelismo, visando impor autoridade no centro dessa conjuntura; à concentração do comércio na capital e às taxas de barreiras, o que foi a denominada reforma tributária, que procurava monopolizar as transações de mercado na capital em detrimento do interior.

Mas em que âmbito o governo de João Pessoa, atingiu diretamente o controle dos coronéis? Dentre as medidas que foram tomadas, surgiram algumas que se direcionavam à manipulação do coronelismo, como, por exemplo: substituição das chefias municipais, dos agentes fiscais, da polícia e da justiça. Eliminando, também, cargos, procurou desarmar os coronéis e fazer intervenções diretas nas obras públicas. Desse modo, essas fatuidades desencadearam uma enorme fração de descontentamento.

Além disso, como ocorreu a reforma tributária, muitos comerciantes do interior da Paraíba, Ceará e Pernambuco, promoveram uma intensa mobilização em prol de revogar novos impostos. Houve então uma redefinição política na Paraíba, principalmente no final da República “Velha”. Tal fenômeno provocou o rompimento de oligarquias, a despeito do golpe articulado por João Pessoa que excluiu João Suassuna da chapa, resultando em uma frente oposicionista, que tinha o coronel José Pereira como líder, no caso do partido Perrepista, que promoveu uma batalha acirrada em Princesa.

Na verdade, o real interesse de José Pereira coronel de Princesa, estava atrelado à reforma tributária imposta por João Pessoa, bem como as dificuldades ocasionadas à comercialização do interior, pois as altas taxas que eram estipuladas prejudicaram diretamente

a circulação de mercadorias, uma vez que a intenção do governo era trazer benefícios ou lucros para capital.

Estava deflagrada a luta armada dos perrepistas versus os liberais. Entre os meios empregados na “batalha” estava o uso direto da imprensa como forma de denigrir a imagem dos envolvidos, com linguagem agressiva e assuntos pessoais. Sendo assim, João Duarte Dantas, inimigo ferrenho dos liberais, teve exposto abertamente ao público, em noticiários de jornais, cartas comprometedoras sobre questões pessoais. Isso acarretou em uma forte represália e na morte de João Pessoa, que impulsionou à revolução de trinta.

Por conseguinte, a Aliança Liberal perde as eleições, mas isso não foi definitivo. Organizaram um movimento (golpe) empregando o impacto da morte de João Pessoa para motivar tal acontecimento, sendo assim, foi implantado o regime denominado de República “Nova” que colocou Vargas no poder. Nesse contexto, “A participação ativa da Paraíba na rebelião, conferiu as lideranças locais que já integravam a o aparelho administrativo a permanência ao poder”. (GURJÃO, 1996).

Isso demonstra claramente que mais uma vez a política, independente de ser baseada nos preceitos do coronelismo ou não, remete sempre para a mesma obliquidade, favorecendo determinados grupos sociais, que representam uma minoria, em prol de seus ideais, tais como: o “monopólio estatal”, comprovando que o desdobramento da República “Nova”, iniciada no governo provisório de Vargas, não resulta de uma façanha, ou seja, o “velho” continua a se perpetuar, só que agora com uma “nova roupagem”.

O estadista morto vira o herói, no sentido principal de ser usado como motivo para aplicar um golpe, e promover a realização política da Aliança Liberal. Aproveitando-se desse ensejo, concretizam a vitória “forçada” e, como forma de mobilização, decreta a tomada do poder, implantando um legado “novo”, que não passava de mais um cunho elitista beneficiador mútuo, daqueles que os apoiaram, centralizando mais uma vez o poder de forma hierarquizada e homogêneo. “A Aliança Liberal na Paraíba, vitoriosa em 1930, digladiou, até internamente, do ponto de vista político e ideológico, mas nenhuma de suas alas abriu mão do nome de João Pessoa como o herói de 1930”. (AIRES, 2013).

Quais foram, então, as mudanças? Como se pode perceber, a mesmice e a tramoia dão continuidade, baseados na corrupção e em disputas das camadas superiores, utilizando os pobres como bode expiatório para desfecho de seus interesses. Mas em ressalva à Aliança Liberal, esta, por sua vez, não tinha cunho revolucionário e sim reformista. Os participantes não almejavam de modo algum a participação da classe operária para não lograr os alicerces sociais.

Depois da tomada ao poder, foi travada uma verdadeira luta contra os comunistas, devido ao movimento denominado “intentona comunista”, para os situacionistas representavam um verdadeiro risco. Para tanto, foram movidas fortes represálias com intuito de exterminar a ameaça. Sobre isso, podemos citar a participação direta de Recife e Natal, bem como a da Paraíba, que proporcionou ajuda para reforçar o combate, mas as disputas entre as oligarquias continuaram. Os que se encontravam no poder alegavam o continuísmo do governo de João Pessoa, tido como um verdadeiro mártir, outros lamentavam a situação, e a camada baixa lutava pelos seus ideais, e sofria com a seca de 1932, além da falta de assistencialismo, pois as verbas estavam alojadas nos “bolsos” da elite, afetando diretamente a situação social. Desse modo, isso implica que o dinamismo político permanecia no atraso de sempre com o seu característico processo de dominação.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A metodologia orienta a construção do método que possibilita a realização da pesquisa. O método reúne “atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador” (LAKATOS, MARCONI, 2006, p. 83).

Para Gil (2002, p. 17), a pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. É requerida para preencher lacunas de informações sobre determinado problema, ou para ordenar as informações disponíveis para responder apropriadamente a uma questão formulada.

Trata-se de pesquisa de característica explicativo, a partir de uma abordagem qualitativa cuja “preocupação central (é) identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos” (GIL, 2002, p. 42). Neste caso, explicar como se engendrou esse estruturalismo político baseado em uma concentração de riquezas em concomitância às relações de poder. Para Gil (2002), a pesquisa explicativa “aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. [...] é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente” (idem, p. 42).

Sob o prisma lógico, enquanto mecanismo de apreensão e interpretação da realidade, foi utilizada a metodologia dedutiva, partindo de uma esfera geral para uma temática específica, isso implica na análise do fenômeno das oligarquias e suas respectivas influências ao que remete o controle sobre monopólio estatal.

Em relação à técnica de pesquisa, foi instrumentalizado o procedimento da pesquisa bibliográfica, visto que teve como embasamento fontes secundárias, em virtude de aprofundados estudos bibliográficos dos autores mais requisitados e entendidos do tema em questão. Foram inseridos, de certa forma, sites que se reportam à temática e artigos de qualidade acadêmica.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, partindo do ponto de que a meta é analisar o problema e remeter, a princípio, a uma aproximação deste, frisando sua verdadeira importância no que concerne às informações a serem tratadas, explicitando causas e consequências envolvidas no tema, e expondo as informações disponíveis sobre o assunto.

4 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa teve como fundamentação as informações atreladas ao campo bibliográfico, por conseguinte, com fontes pautadas em livros, artigos, e em análises exploratórias em sites da internet, baseada em conceitos acadêmicos de autores que se aprofundaram na temática. Portanto, os dados do artigo, como, por exemplo: datas, períodos governamentais, bem como o lapso temporal da ascensão de uma determinada atividade econômica, foram retirados dessas referidas fontes, com intuito de identificar a problemática da questão em torno do âmbito político, econômico e social, que através de um estudo categórico e ao mesmo tempo qualitativo, obviamente, fez uma “pincelada” quantitativa, uma vez que apresentam datas como comprovações estáticas. Tudo isso proporcionou informações necessárias para o desenvolvimento do artigo científico.

5 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto nesta pesquisa, concluímos que a política e a economia estão diretamente ligadas ao requisito do poderio na estrutura social, bem como a uma hierarquização de maneira exacerbada, concentrada em uma minoria que possibilitou consideravelmente uma disparidade imensurável, no espectro em que poucos são privilegiados e muitos estão atrelados à pobreza e à falta de assistencialismo.

Entretanto, essas fatuidades perpetuam-se devido à forma como a instauração da administração foi concebida nos moldes do Brasil, no período de sua colonização, que já se concentrava nas mãos de uma burguesia. Para tanto, esse método de seleção se implantou no

decorrer dos tempos, através de relações de poder como o patronato, compadrio e favoritismo mútuo, que foram inseridos no contexto do princípio da República.

Nesse diapasão, engendraram-se grupos sociais manipuladores do monopólio estatal, que articulavam suas medidas em prol das concentrações de riquezas, fomentadas pelas verbas, e ao que tange ao Nordeste, e em específico à Paraíba, as obras contra a seca são um dos exemplos tradicionais do uso do dinheiro público pela camada centralizada, sem contar, a exploração para com os trabalhadores nas atividades que se enquadravam na economia local. Desse modo, a política institucionalizada na época presente, está diretamente interligada com o passado, ao passo que se aplica a “mesma” modalidade, com uma façanha um tanto diferenciada, mas que consiste na própria essência.

ABSTRACT

This work discusses, the theme of political into the social and economic, with objective to clarify the historical fostering of the social formation inserted these areas as a means to elucidate the complex structuralism government inherited today, as well as the enrichment of certain groups that articulates in general terms a minority, interspersed around the context in the analysis by a collapse of time, from the eminence of the Republic to coincide with the 1930 as well as trying understand the power relations intrinsically geared for the respective period . The study is directed at the pitch of the colonels and their control mechanisms in the oligarchic system.

KEYWORDS: Oligarchies; Politics; Economy.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João pessoa: batalhas e memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande, EDUFPG, 2013. 253p.

ARANHA, Gervácio Batista. Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais(1880-1925).Doutorado em História. Campinas, UNICAMP, 2001.

ARAÚJO, Jair Barbosa. **O Algodão de Campina Grande : uma discussão acerca dos livros didáticos de história**. Campina Grande: Agenda, 2006. 96p.

COSTA, José Jonas Duarte da.**A crise do sistema de produção algodoeiro paraibano : (uma análise das causas)**. Campina Grande: UFPB, 1996.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias- Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de; AMORIM, Lonília Maria de; SILVA, Maria Santana de Souza; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **Estudando História da Paraíba**. Campina Grande : Editora Cultura Nordestina/ 1999.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **A Paraíba Republicana :(1889-1945)** In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. **Estrutura do poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999, pp.53-95.

Ó, Alarcon Agra do; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de; ARANHA, Gervácio Batista; LIMA, Luciano Medonça de . **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. – 2ed. João Pessoa: Ideia, 2005. 226p.

PEREIRA, Raimundo Gonzaga; ARIMATEIA, Alexandra Araújo; ARAÚJO, Fernanda Dias; MARQUES, Maria Josineide; ARAÚJO, Vinício de Medeiro G. **AS RELAÇÕES DE PODER NA PARAÍBA**. Disponível:<<http://coopex.fiponline.com.br/images/documentos/arquivos>> Acesso em novembro 2014.